

cedimento concursal comum para recrutamento de um técnico superior da carreira geral de técnico superior, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, aberto pelo aviso n.º 22205/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 239, de 11 de Dezembro de 2009, homologada por meu despacho de 08 de Junho de 2010.

#### Lista Unitária de Ordenação Final

Candidatos	Valoração final
Maria Fernanda Pires Rodrigues	16,366
Célia Maria Gouveia Quaresma	15,763
Sónia Cristina Neves Simões	15,688
Dulce Adelaide Bártolo	15,584
Armando Machado Oliveira	14,792
Maria de Fátima Cerqueira de Sousa Braz Lopes	14,598
Afonso Manuel Gaspar Pinheiro Torres	(a)
Ana Isabel Silvestre Fernandes	(a)
Ana Paula da Silva Ramalho de Almeida	(a)
Ana Paula Marques Fernandes Simão	(a)
António Henrique Leão Pessoa Amorim	(a)
Aurélio Pedro Pinto de Lemos Crespo	(a)
Carlos Miguel Aleixo Dantas Aveiro	(a)
César Cunha Coito Carreira	(a)
Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa	(b)
Inácio Francisco Simões de Oliveira	(a)
Margarida Maria Nabais Cipriano de Jesus Rebelo	(b)
Maria Francisca Monteiro Neves Vaz Rebordão Topa	(c)
Maria João Rosa de Carvalho Ramos	(a)
Olga Marina da Costa Cid	(a)

- (a) Exclusão por não comparência à entrevista profissional de selecção.  
 (b) Exclusão por ter obtido nota inferior a 9,5 valores na entrevista profissional de selecção.  
 (c) desistiu do presente procedimento.

A presente lista encontra-se afixada nas instalações desta Secretaria-Geral e disponibilizada na sua página electrónica, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

Os candidatos podem, nos termos do n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, interpor recurso da homologação da lista de ordenação final.

Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, 17 de Junho de 2010. —  
 A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Lopes Duarte*.

203395134

Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

#### Aviso (extracto) n.º 12633/2010

#### Procedimento concursal comum para o preenchimento de 6 postos de trabalho da carreira técnica superior do mapa de pessoal do INPI

O júri designado para o presente procedimento com base no n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, vem notificar todos os interessados de que a Lista Unitária de Ordenação Final dos Candidatos Aprovados, bem como as Exclusões ocorridas no decurso da aplicação dos métodos de selecção, se encontra afixada na sede do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P., sito no Campo das Cebolas, 1149035 Lisboa, em local acessível ao público.

A referida lista encontra-se igualmente disponível na página electrónica do INPI — [www.marcaspatentes.pt](http://www.marcaspatentes.pt).

No âmbito da audiência prévia e nos termos do CPA, dispõem os interessados de 10 dias úteis para, caso assim o entendam, dizerem por escrito o que se lhes oferecer sobre o assunto através do formulário disponível no mesmo site.

17 de Junho de 2010. — A Presidente do Júri, *Leonor Trindade*.  
 203392283

Polícia Judiciária

Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas

#### Aviso n.º 12634/2010

Para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se pública a lista nominativa dos traba-

lhadores do mapa de pessoal da Polícia Judiciária que cessaram funções por motivo de aposentação, no período compreendido entre 1 e 31 de Maio de 2010:

Francisco Alexandre da Silva Alves Ferreira, Inspector, Escalão 9, em 01-05-2010;

Lúis Mário Marques Vaz, Inspector, Escalão 9, em 01-05-2010;

Miguel Vitoriano Lopes Gil, Especialista Auxiliar, Escalão 5, em 01-05-2010;

Carlos Martins de Oliveira, Segurança, Escalão 9, em 01-05-2010;

Elvira de Jesus Aires Correia de Sá, Assistente Operacional, 3.ª Posição Remuneratória, em 01-05-2010;

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

18 de Junho de 2010. — Pela Directora da Unidade, *João Prata Augusto*.

203394868

#### Despacho (extracto) n.º 10546/2010

Por despacho de 2010.05.26 do Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo e nos termos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, foi declarado concluído com sucesso o período experimental das especialistas estagiárias Licenciadas Maria Margarida Cabral Formosinho Simões e Sandra Isabel Lourenço Rodrigues, ficando posicionadas na categoria de especialistas de escalão 1, com efeitos a 20.04.2010.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

17 de Junho de 2010. — Pela Directora da Unidade, *(João Prata Augusto)*.

203395037

#### Despacho (extracto) n.º 10547/2010

Por despacho de 2010.05.12 do Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo e nos termos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, foi declarado concluído com sucesso o período experimental da especialista estagiária Licenciada Alice da Conceição Almeida da Silva Machado, ficando posicionada na categoria de especialista de escalão 1, com efeitos a 20.04.2010.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

17 de Junho de 2010. — Pela Directora da Unidade, *(João Prata Augusto)*.

203394998

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

#### Aviso n.º 12635/2010

Nos termos do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e de acordo com o meu despacho de 6 de Maio de 2010, determino a alteração do ponto 26 do Aviso de abertura n.º 21003/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 226, de 20 de Novembro, relativo ao procedimento concursal comum para recrutamento de 3 postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, na carreira geral de técnico superior.

A alteração fundamenta-se no impedimento definitivo do presidente do júri então designado.

Assim, o ponto 26 do mencionado Aviso passa a ter a seguinte redacção:

«26 — Composição do júri para os três postos de trabalho: Presidente: João Carvalho Leão, Director. Vogais: Manuel de Herédia Caldeira Cabral, Professor Universitário, Ricardo Paes Mamede, Coordenador do Núcleo de Estudos e Informação do Observatório do QREN.»

Este despacho produz efeitos a partir de 6 de Maio de 2010

Lisboa, 7 de Junho de 2010. — O Director, *João Reis Carvalho Leão*.

203376383

## MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### Despacho n.º 10548/2010

A SPER — Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S. A., pretende executar a obra de construção do lanço A do

IP8 — nó de Roncão (IC 33)-nó de Grândola Sul (IP 1), tendo solicitado para o efeito o abate de 3867 sobreiros adultos e 3958 jovens e de 260 azinheiras adultas e 672 jovens, que radicam em cerca de 57,24 ha de povoamentos puros de sobreiro, onde existem algumas azinheiras situadas ao longo do traçado.

Considerando o relevante interesse público, económico e social do empreendimento, bem como a sua sustentabilidade, uma vez que constitui um eixo transversal previsto no Plano Rodoviário Nacional 2000, permitindo a ligação de Sines à fronteira com Espanha, em Vila Verde de Ficalho, passando por Santiago do Cacém, Grândola, Ferreira do Alentejo, Beja e Serpa, sendo ainda um factor importante na melhoria das condições de segurança rodoviária e no desenvolvimento sócio-económico das regiões do interior que atravessa;

Considerando-se que este empreendimento foi sujeito a procedimento de avaliação de impacte ambiental (AIA), nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/05, de 8 de Novembro, tendo sido emitida a respectiva declaração de impacte ambiental (DIA) favorável, condicionada;

Considerando que o RECAPE — relatório de conformidade ambiental do projecto de execução, conclui que o projecto de execução cumpre todas as condicionantes da DIA — declaração de impacte ambiental;

Considerando a inexistência de alternativas válidas de localização, tendo a presente sido escolhida em sede de AIA;

Considerando que o terreno foi objecto de expropriação por utilidade pública, conforme o despacho n.º 22309/2009, do Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 195, de 8 de Outubro de 2009;

Considerando que a intervenção em causa não interfere com solos da RAN — Reserva Agrícola Nacional;

Considerando que a ARH Alentejo procedeu à autorização para a utilização dos recursos hídricos, nos termos do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio;

Considerando que para efeitos de utilização dos solos da REN — Reserva Ecológica Nacional, foi reconhecido o interesse público da sua utilização conforme consta da DIA;

Considerando ainda que a SPER, S. A., apresentou proposta de medidas compensatórias nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho, para a beneficiação de uma área de 171,72 ha de povoamento de sobreiro, em área que possui as condições edafo-climáticas adequadas, gerida pela AFN — Autoridade Florestal Nacional, na Herdade da Bêbeda (área florestal de Sines), verificando-se que a compensação em causa tem em conta o factor 3, valor superior ao mínimo legal constante do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho:

Assim:

1 — É declarada a imprescindível utilidade pública deste empreendimento, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do

Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho.

2 — A autorização para o abate dos sobreiros e azinheiras fica condicionada, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho, à aprovação e à implementação do projecto de compensação e respectivo plano de gestão e ao cumprimento das condicionantes e medidas mitigadoras da DIA — declaração de impacte ambiental e RECAPE — relatório de conformidade ambiental do projecto de execução.

17 de Junho de 2010. — O Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, *Rui Pedro de Sousa Barreiro*. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

203394398

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

### Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações

#### Despacho n.º 10549/2010

Pelo despacho n.º 8560/2010, de 14 de Maio, do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 20 de Maio de 2010, foi declarada a utilidade pública com carácter de urgência da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, necessários à execução da obra IP6 — Abrantes-Mouriscas — aditamento n.º 2.

No entanto, verificou-se agora a necessidade de rectificar os elementos identificativos da parcela de terreno n.º 258.A, constante da declaração de utilidade pública citada.

Declaro, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações n.º 3314/2010, de 11 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 23 de Fevereiro de 2010, a rectificação da declaração de utilidade pública referida de acordo com as correcções agora introduzidas, conforme mapa de expropriações, cuja publicação se promove em anexo, mantendo-se todos os actos até ao momento praticados.

17 de Junho de 2010. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

#### Mapa de Expropriações DUP

##### IP6 — Abrantes-Mouriscas — aditamento n.º 2

Número da parcela	Nome e morada dos expropriados	Identificação do prédio				Áreas (m <sup>2</sup> )
		Matriz/freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio	
		Rústica	Urbana			
258.A	Eduardo Gonçalves Roldão, Rua do Barro Vermelho, 134, 2200-122 Abrantes.	207, secção AF, Mouriscas.	2 622	4444/20060802	Norte: Carlos Lopes Bento e EN 358. Sul: caminho. Nascente: herdeiros de Henrique Augusto Batista. Poente: ribeiro.	181

203393255

#### Despacho n.º 10550/2010

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º e do n.º 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, atenta a resolução do conselho de administração da EP — Estradas de Portugal, S. A., de 2 de Junho de 2010, que aprovou as plantas parcelares e os mapas de expropriações das parcelas de terreno necessárias à execução da obra da EN 210 — nó do Britelo — aditamento n.º 1, declaro, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho, do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, n.º 3314/2010 (2.ª série), de 11 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 23 de Fevereiro de 2010, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela

Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, atendendo ao interesse público subjacente à célere e eficaz execução da obra projectada, a utilidade pública com carácter de urgência, da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, necessários à execução da obra da EN 210 — nó do Britelo — aditamento n.º 1, identificados no mapa de expropriações e na planta parcelar em anexo, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial, e dos direitos e ónus que sobre eles incidem, bem como os nomes dos respectivos titulares.

Os encargos com as expropriações em causa serão suportados pela EP — Estradas de Portugal, S. A.

17 de Junho de 2010. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.